XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo, 2017.

Depois do acesso: os jovens brasileiros egressos do Prouni.

Camila Scherdien y Sidinei Rocha de Oliveira.

Cita:

Camila Scherdien y Sidinei Rocha de Oliveira (2017). Depois do acesso: os jovens brasileiros egressos do Prouni. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-018/498

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org.



DEPOIS DO ACESSO: OS JOVENS BRASILEIROS EGRESSOS DO PROUNI

Camila Scherdien

camilascherdien@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Brasil

Sidinei Rocha de Oliveira

sroliveira@ea.ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Brasil



RESUMEN

Historicamente, a universidade brasileira configurou-se como um espaço de formação elitista e excludente, destinado às classes média e alta. Entretanto, o Brasil, nos últimos 20 anos, tem passado por um momento de expansão e diversificação do acesso ao ensino superior, seja por meio do aumento no número de instituições públicas e em seu número de vagas, seja por meio de políticas públicas que financiaram a ampliação do setor privado de ensino superior, hoje responsável por mais de 80% das matrículas de ingressantes em cursos no país (BRASIL, 2015b).

Essa ampliação no acesso à formação universitária possibilitou que um grupo, antes pouco expressivo nesse espaço de formação, passasse a compor o quadro de alunos das universidades brasileiras. Esse grupo se caracteriza por sua origem social e de classe, sendo considerado, a partir de critérios socioeconômicos como pertencente à base da pirâmide social brasileira. No caso da política pública tema desse estudo, o Programa Universidade para Todos – ProUni, os jovens inscritos nas IES privadas devem ser oriundos de escolas públicas, com limite de renda familiar per capita até 1,5 salário mínimo.

Frente ao contexto de ampliação do acesso a um grupo antes à margem do espaço de formação de nível superior, nos questionamos quanto à influência dessa política pública na redução das desigualdades sociais do país, por meio de uma maior qualificação e possível melhor inserção profissional desses jovens, resultando em um aumento na mobilidade social intergeracional. Para compreendermos esse contexto e momento histórico, adotamos o olhar da sociologia disposicionalista, nos suportando teórico e metodologicamente em Lahire (2002; 2004), Souza (2009; 2010) e Bourdieu (2011; 2015), a fim de identificarmos quais são as disposições de classe incorporadas por esses jovens, a partir de sua origem familiar e formação escolar, e como elas se apresentam e se relacionam com a entrada, permanência e conclusão do ensino superior e posterior transição para o mercado de trabalho. Para isso, realizamos entrevistas em profundidade com egressos do ProUni, as quais foram posteriormente analisadas e deram origem a retratos sociológicos dos participantes do estudo, bem como suas disposições incorporadas.



ABSTRACT

Brazilian higher education is historically an elitist field, destined to high and medium social classes. However, this context has changed over the last 20 years, due to the process of expansion and diversification of higher education access. This expansion in higher education access happened through an increase in the number of public institutions and their positions, or even through public policies that have financed the expansion of the private higher education field, nowadays responsible for more than 80% of enrollments in graduation courses in Brazil (BRASIL, 2015b). This allowed the entrance of minority groups at university, through public policies such as the University for All Program – in Portuguese called ProUni, which is based in social economic criteria.

Based in this context of expansion in the access to higher education in Brazil, this research aims to understand the influence of this public policy in reducing social inequalities and increasing the chances of intergenerational social mobility. This could be possible on account of the achievement of the diploma and also a more qualified transition school-to-work. In order to understand this context and historical moment, we adopt the theoretical and methodological view of dispositional sociology, supported by authors as Lahire (2002; 2004), Souza (2009; 2010) and Bourdieu (2011; 2015). Then, this research intended to identify the dispositional system incorporated by these young people, from their family background and school education, and how they are related to the entry, permanence and completion of higher education, as also the transition school-to-work. In-depth interview was conducted with graduated students from ProUni. These interviews data were reconstructed and organized into sociological portraits, from where some incorporated dispositions were identified.

Palabras clave

Ensino superior; Mobilidade Social; Sociologia Disposicionalista.

Keywords

Higher Education; Social Mobility; Dispositional Sociology.



I. Introducción

Essa pesquisa se origina de uma série de dúvidas e questionamentos referentes ao momento histórico e social recente do Brasil. Entre os anos de 2003 a 2012, o país conquistou um maior destaque no cenário internacional, principalmente por sua situação econômica, enquanto grande parte dos países desenvolvidos era afetado pela crise global de 2008. Para além dos incentivos econômicos que visavam à ampliação do consumo e acesso à crédito, outras políticas sociais voltadas aos grupos mais pobre do país foram implementados pelo governo do Partido dos Trabalhadores – PT. Essas, em especial, visando o aumento da escolaridade e qualificação da mão de obra brasileira, como estratégia de crescimento do país e redução da desigualdade social (ALMEIDA, 2004).

A partir da década de 2000, diferentes grupos que antes estavam à margem do espaço universitário, como negros, indígenas e indivíduos pertencentes às classes baixas, passaram a ser o foco de políticas públicas que visam facilitar o ingresso à formação de nível superior, como o ProUni¹, o REUNI², a UAB³, a Lei de Cotas⁴ e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. Sendo os critérios de elegibilidade ao ProUni voltados, essencialmente, à fatores socioeconômicos, escolheu-se investigar o grupo atendido por essa política pública, tomando esse como contexto empírico para discutir as temáticas de classe, origem e ascensão social. Essa escolha se deu uma vez que o ProUni se apresenta como uma política de fomento à mobilidade social, resultado de uma inserção no mercado de trabalho mais qualificada por meio da educação e qualificação (VALLE SILVA, 2003).

Esse trabalho, fruto da dissertação de mestrado defendida pela autora no ano de 2017, tem como objetivo compreender, frente ao contexto de ampliação do acesso ao nível superior, a influência desse tipo de política pública na redução das desigualdades sociais do país e au-

¹ Sobre o Programa Universidade para Todos – ProUni: http://prouniportal.mec.gov.br.

² Sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI: http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni.

³ Sobre a Universidade Aberta do Brasil - UAB: http://portal.mec.gov.br/uab.

⁴ Sobre a Lei de Cotas: http://portal.mec.gov.br/cotas/legislacao.html.



mento das chances na mobilidade social intergeracional dos jovens participantes do Programa. No entanto, para além do ProUni, era preciso compreender quais outros fatores teriam também influência na trajetória formativa, com relação ao acesso, permanência e conclusão do ensino superior, assim como no processo de inserção profissional, como também a qual classe social se destina esse tipo de política pública. Tal compreensão é importante a fim de se desnaturalizar o discurso meritocratico de responsabilização do indivíduo por suas conquistas, mascarando a influência da estrutura social incorporada nos modos de ação dos agentes. Assim, para responder ao objetivo dessa pesquisa, analisou-se a influência da origem social, familiar e trajetória escolar de jovens bolsistas do ProUni, o que se deu através do estudo de seus modos de ação, ou disposições incorporadas, inspirado nos trabalhos de Lahire (2002; 2004) e Souza (2009; 2010).



II. Marco teórico/marco conceptual

Em paralelo à escolha do ProUni como campo empírico para a análise das chances de redução das desigualdades e mobilidade social por meio do processo de formação universitária e ingresso no mercado de trabalho pelos jovens brasileiros, construiu-se a base teórica que sustenta e orienta essa pesquisa como composta pelos eixos temáticos de formação, inserção profissional e classe social. A construção teórica e metodológica desse trabalho, bem como as análises realizadas a partir dos dados empíricos, foram influenciadas por três principais autores - Pierre Bourdieu, Bernard Lahire e Jessé Souza – inseridos no campo da sociologia disposicionalista da ação, oriunda da perspectiva epistemológica estrutural-construtivista. Essa perspectiva reconhece tanto as limitações impostas pela estrutura objetiva aos agentes, podendo restringir ou coagir suas ações, quanto a capacidade de ação desses frente à estrutura, no momento em que essa é construída, legitimada e reproduzida pelos indivíduos. Portanto, tal perspectiva foge da dicotomia subjetivismo *versus* objetivismo presente nas ciências sociais, propondo-se a compreender como os agentes incorporam a estrutura social, por meio de um sistema de disposições para a ação, ao mesmo tempo em que são também seus produtores.

Esses três autores discutem a temática de origem e pertencimento de classe, como também adotam a concepção de sociedade como um campo de disputa, reconhecendo o acesso desigual ao poder e legitimidade perante os diferentes grupos que compõem a estrutura social. Assim, o pertencimento de classe é fruto das disposições incorporadas e compartilhadas pelos indivíduos, as quais moldam suas maneiras de agir, pensar, compreender o mundo e se relacionar (BOURDIEU, 1987). Reconhece-se com isso o peso da estrutura social incorporada aos indivíduos, principalmente por meio da socialização familiar e escolar, a qual tende a reproduzir a transmissão das desigualdades até a vida adulta.

Bourdieu (2011; 2015) é um dos principais autores dessa perspectiva, tendo influenciado os trabalhos tanto de Bernard Lahire quanto de Jessé Souza. Sua filosofía da



ação volta-se para a relação entre a estrutura incorporada pelos agentes — o *habitus*, e as estruturas objetivas dos campos onde esses atuam. Os conceitos de *habitus*, campo e capital (BOURDIEU, 2011; 2015) são fundamentais em sua obra, tendo sido construídos ao longo de suas pesquisas acerca dos mecanismos educacionais, culturais, sociais e simbólicos de dominação (VALLE, 2007). Assim, nos termos de Bourdieu (2011), a posição ocupada pelos sujeitos na sociedade — ou seu pertencimento de classe - está associada as suas disposições, as quais constituem um *habitus*, e será essa posição ocupada que determinará o acesso que os agentes possuem aos diferentes capitais, sejam eles culturais, econômicos, sociais, políticos, entre outros.

Lahire (2004), assim como Pierre Bourdieu, defende que as disposições incorporadas representam a interiorização das estruturas sociais. Por disposição, Lahire (2002) se refere a um princípio incorporado, a partir da socialização e das experiências vividas, que dá origem a modos de agir, de sentir e de pensar no contexto presente. Isso significa que os modos de conduta de um agente não são fruto apenas do momento atual, sendo necessário reconstruir as experiências passadas para se compreender os modos de conduta, como também não são determinados apenas pela socialização passada, sendo possível reforçar ou enfraquecer no presente as disposições já incorporadas.

No entanto, o autor discorda que esse sistema de disposições seria fruto de uma fórmula geradora unificadora das práticas dos indivíduos que compõem um mesmo grupo social, fazendo com que uma disposição não se apresente, necessariamente, da mesma maneira em todos os contextos de socialização e em diferentes momentos. Assim, Lahire (2004) argumenta que existem, para além das disposições interindividuais, ou compartilhadas, também disposições intra individuais, as quais tornam visíveis as contradições presentes nos e entre os indivíduos. Por tal razão, o autor chama a atenção para a análise à nível individual das disposições incorporadas, diferente de Pierre Bourdieu que se dedica à análise macrossociológica dos campos sociais.

Souza (2009; 2010) ao estudar a realidade brasileira, inspirado, entre outros autores, pelos trabalhos de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, constrói sua teoria de classe a partir da análise da estrutura social do país. Com base na concepção de classe social como um



construto sociológico e não apenas econômico, o autor analisa a estrutura de classe brasileira, apresentando-a como composta por quatro diferentes estratos sociais: a ralé, a nova classe trabalhadora, e as classes média e alta. Uma vez que esse estudo pretende analisar o contexto de redução das desigualdades sociais por meio de políticas públicas de acesso a formação de nível superior implementadas no Brasil, adotou-se a teoria de classe proposta por Souza (2010).

Com relação as discussões acerca da temática de qualificação e formação, em especial de nível superior, essa é percebida como um caminho de transformação social, em razão de sua tendência ao incentivo da capacidade crítica, impulsão do desenvolvimento econômico e contribuição para mobilidade social (RIBEIRO, 2011). Entretanto, o discurso sobre a necessidade de qualificação profissional para a obtenção de melhores postos de trabalho tem como origem a teoria do capital humano (CATTANI, 2011), muito presente no período após a Segunda Guerra e que, nas últimas décadas, tem ganhado força no cenário do trabalho mundial. A retomada da teoria do capital humano no contexto atual se dá a partir da revalorização do papel econômico da educação, creditando o aumento de produtividade à melhor capacitação da mão de obra e delegando aos indivíduos a responsabilidade por sua qualificação.

Por fim, nessa pesquisa, adota-se a compreensão sociológica de mercado de trabalho, reconhecendo as disputas de poder que se dão nesse espaço, travadas entre os diferentes grupos sociais (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011). A aproximação dos conceitos de campo, *habitus* e capital, presentes na obra de Pierre Bourdieu, do conceito de mercado de trabalho permite conceber esse como um campo de lutas, sendo um espaço socialmente construído onde os agentes possuem acesso desigual aos capitais econômico, social e cultural, o que corrobora à crítica ao discurso da formação como suficiente para a inserção no mercado de trabalho e mobilidade social.



III. Metodología

O percurso metodológico foi inspirado nos trabalhos de Lahire (2002; 2004; 2008), assim como nas pesquisas realizadas por Souza (2009; 2010). Desse modo, foram construídos retratos sociológicos de cada um dos participantes e a partir desses realizou-se a identificação e análise das disposições incorporadas pelos indivíduos. Tal escolha se deve ao fato da sociologia disposicionalista à nível individual se apresentar como um pertinente instrumento metodológico para análise e compreensão da influencia da estrutura e realidade social nos modos de ação dos agentes (LAHIRE, 2004).

A etapa de construção dos dados se deu por meio da realização de duas entrevistas em profundidade com cinco jovens egressos pelo ProUni – três homens e duas mulheres, com idades entre 22 e 27 anos – ao longo do segundo semestre de 2016. Os participantes se graduaram entre o período de 2015/2 e 2016/1, sendo dois oriundos do curso de Direito e três do curso de Administração de duas das três melhores universidades privadas do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, segundo o Índice Geral de Cursos – IGC⁵ do ano de 2016. A escolha pelas melhores instituições de ensino superior – IES – privado do sul do Brasil, as quais não têm fins lucrativos, se deu a partir dos resultados apresentados em outras pesquisas, como a de Perdigão (2015), que analisou o percurso de formação de alunos bolsistas ingressantes em instituições de ensino superior com fins lucrativos, que têm como principal objetivo seu próprio resultado financeiro e, por conta disso, acabam oferecendo uma formação de qualidade questionável. Assim, já se sabe que esse tipo de IES acaba pouco contribuindo para o aumento das chances de mobilidade social de seus alunos, o que nos levou a investigar como se dá o processo de formação a partir das melhores universidades privadas. Com relação as áreas do Direito e Administração, essas foram escolhidas por serem cursos com grande número de bol-

⁵ Para maiores informações a respeito do Índice, assim como seus resultados anuais, sugere-se o acesso ao site: http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc-. Último acesso em 04 de setembro de 2017.



sas oferecidas no ProUni, assim como são dois dos cursos com maior número de matrículas e de graduados no país (BRASIL, 2015).

A interação com os jovens bolsistas por meio das entrevistas produziu material empírico para a elaboração dos retratos sociológicos, bem como para identificação das disposições incorporadas. Assim, após a realização das entrevistas, os dados foram lidos, organizados, escritos e rescritos, a partir de idas e vindas às leituras que compõem o referencial teórico. Após a construção dos retratos de cada um dos participantes do estudo e da identificação de suas disposições incorporadas, essas foram analisadas à nível individual e compartilhado e serviram como base para as análises acerca do processo de formação de nível superior, inserção profissional e o aumento das chances de mobilidade social.



IV. Análisis y discusión de datos

A partir da construção e análise dos retratos sociológicos de cada um dos jovens, é possível perceber modos de ação que se aproximam e se assemelham entre eles, bem como alguns perfis que compartilham entre si um maior número de disposições incorporadas do que outros.

Muitas dessas disposições compartilhadas foram incorporadas a partir da socialização familiar, tendo sido transmitidas pelos pais como uma herança invisível (SOUZA, 2010). Se no momento da socialização familiar são incorporadas as disposições compartilhadas, é na segunda socialização – relativa a ingresso no ambiente escolar – que suas trajetórias começam a apresentar maiores disparidades. Nessa fase, as diferenças quanto à estrutura e qualidade da formação recebida, bem como os incentivos e estímulos oferecidos pelos professores e as trocas realizadas entre os colegas, passam a influenciar as relações que os jovens estabelecem com a instituição escolar e com o ato de estudar.

As diferenças presentes nos contextos de socialização e experiências vividas pelos cinco jovens participantes do estudo, ao mesmo tempo em que se reduzem após o ingresso na universidade, uma vez que todos ingressaram por meio do ProUni em reconhecidas universidades, também se acentuam por conta de mudanças ocorridas a partir desse ingresso. Uma delas é o afastamento do ambiente familiar, uma vez que dois dos entrevistados saíram da casa dos pais e mudaram de cidade após o ingresso na universidade. Tal mudança os oportunizou viver outras experiências, bem como construir uma nova rotina e estilo de vida, o que favorece a alteração do seu sistema disposicional. No caso dos jovens que permaneceram próximos à família, a convivência diária fez com que as disposições incorporadas a partir da origem familiar seguissem sendo reforçadas, tornando mais difícil a incorporação de novos hábitos.

Percebe-se, a partir da análise sobre o processo de ingresso, permanência, conclusão do ensino superior e inserção profissional, que as disposições incorporadas pelos agentes in-



fluenciam seus modos de agir, ver e pensar, assim como influenciam o acesso e permanência no ensino superior, para além da politica pública. O ProUni se mostra como importante meio de acesso àqueles que não teriam condições de arcar com os custos de uma universidade particular. No entanto, a política pública não garante a permanência e a conclusão do curso, estando essa ligada as disposições incorporadas pelos bolsistas.

Foram identificadas a partir da construção e análise dos retratos sociológicos de cada um dos participantes as disposições **para o instinto gregário, trabalho duro, disciplina, autonomia, senso prático e pensamento prospectivo**. Essas disposições apareceram, em maior ou menor quantidade, em todos os retratos sociológicos, sendo por isso identificadas como disposições compartilhadas pelos jovens egressos do ProUni (LAHIRE, 2004).

A disposição para instinto gregário, oriunda da socialização familiar, possibilita a incorporação do capital familiar (SOUZA, 2004), contribuindo para o acesso e permanência dos jovens no ensino superior. No entanto, após a conclusão do curso, essa mesma disposição pode acabar assumindo o papel de "âncora de classe", mantendo os jovens presos a sua origem social quando seu sistema disposicional já não é mais o mesmo de sua família, por conta da incorporação de novos hábitos e modos de conduta ao longo do processo formativo. Sendo a inserção profissional o momento onde o jovem começa a se desligar da família de origem, adquirindo um status social próprio (VALLE SILVA, 2003), a manutenção de um forte vínculo com a família de origem pode acabar dificultando o processo de mobilidade social por meio da construção de sua própria estrutura familiar.

A disposição para trabalho duro auxilia os bolsistas do ProUni a aguentar as duras jornadas de estudo e trabalho, uma vez que eles precisam trabalhar ao longo da formação, muitas vezes em mais de um emprego, a fim de cobrirem os custos associados à permanência na universidade. Para que consigam trabalhar durante todo o dia e estudar todas as noites da semana, é necessário que abram mão do tempo livre e de descanso. Ela também influencia positivamente na conclusão do curso, levando os jovens a não desistirem dos planos traçados, apesar das dificuldades e impedimentos que surgem ao longo da trajetória. O mesmo ocorre com a disposição para disciplina, que tem um papel de extrema importância para a permanência e sucesso no sistema escolar, assim como na permanência e conclusão do ensino supe-



rior, uma vez que facilita a adaptação ao sistema autoritário e regrado que vigora na maioria das instituições de ensino. É por meio da disciplina que os jovens bolsistas conseguem apreender as regras implícitas do ambiente universitário, até então desconhecidas para eles, conseguindo reorganizar a sua rotina e o seu tempo a fim de se dedicar as atividades demandadas pelo curso. No entanto, no momento de ingresso no mercado de trabalho, a disposição para disciplina pode acabar sendo prejudicial para os jovens em algumas carreiras, no momento em que grande parte das vagas qualificadas e de nível superior, como é o caso dos cargos de gestão, tem demandado trabalhadores criativos e autônomos, que não se mantém presos a modos prescritivos de trabalho e sim conseguem encontrar novas soluções de maneira autônoma (KÓVACS, 2006).

Nesse caso, a **disposição para autonomia** também se mostra necessária para a permanência e o sucesso formativo, não sendo essa, segundo Lahire (2008) uma característica comum nos meios populares. Essa disposição influencia os indivíduos a não dependerem de instruções ou supervisão externa, sendo capazes de se autogerirem e organizarem suas demandas. Essa disposição é importante para a permanência e conclusão do ensino superior, ao influenciar os indivíduos a irem atrás dos conteúdos que os interessam, não esperando passivamente pela instituição, professores ou colegas. Além disso, essa disposição contribui para que os jovens busquem oportunidades de maneira antecipada, se lançando em busca de experiências de trabalho que consideram importantes para sua formação e posterior inserção.

A disposição para senso prático auxilia na gestão da rotina e na tomada de decisão, influenciando-os a investir tempo e esforço no que parece trazer melhor retorno no longo prazo. Por conta dessa disposição, eles tendem a se matricular em todas as disciplinas disponíveis no semestre, a fim de concluir o curso no tempo mínimo e estarem aptos a disputar as vagas de nível superior no mercado de trabalho. Além disso, essa disposição também os levou a escolher os cursos de Administração e Direito, mesmo que tivessem interesse em outras áreas, como, por exemplo, Comunicação, Psicologia ou Educação Física. Essa escolha se deu pelo fato de acreditarem serem esses os cursos com o maior número de vagas de trabalho, o que facilitaria a inserção profissional após a conclusão da formação.



Por fim, a **disposição para pensamento prospectivo** está relacionada ao investimento no presente, visando colher os frutos no futuro, o que faz com que esses jovens decidam abrir mão de prazeres momentâneos em prol da perspectiva de um futuro melhor e tomem as decisões visando atingir objetivos futuros traçados.

Ao aproximar essas disposições das identificadas por Souza (2009; 2010) em seus estudos acerca da estrutura social brasileira, percebe-se que os jovens que conseguem acessar, permanecer e concluir o curso superior, por meio do ProUni, são provenientes da nova classe trabalhadora, tendo o capital familiar forte influencia nesse processo. Na trajetória dos jovens participantes desse estudo, esse capital é expresso no projeto coletivo de suporte e apoio da família para que os jovens concluam a formação. Sendo o capital familiar (SOUZA, 2010) um diferencial da nova classe trabalhadora com relação à ralé, percebe-se que o ProUni acaba beneficiando os jovens pertencentes a esse grupo social, não contribuindo para o incremento nas chances de mobilidade social dos jovens pertencentes a ralé, que seguem a margem do sistema de ensino superior brasileiro.

Além disso, pode-se perceber que a instituição acessada faz diferença na trajetória dos alunos bolsistas, uma vez que ingressar em uma IES historicamente pertencente aos alunos de classes altas oferece acesso a experiências diferentes das vividas pelos que ingressam em IES rentabilizadoras. Há uma maior probabilidade de que os alunos de universidades reconhecidas pela qualidade de ensino tenham acesso à permanência efetiva no espaço universitário (ALMEIDA, 2012), usufruindo de outras atividades de pesquisa e extensão para além da carga horária obrigatória em sala de aula. Além disso, possivelmente terão acesso a incorporação de capitais (BOURDIEU, 2015), como o social e o cultural, ao longo de sua experiência universitária, os quais são importantes para o aumento das chances de mobilidade social e não estão acessíveis por meio da formação oferecida em algumas instituições de ensino superior.

Os capitais social e cultural mobilizados ou não pelos indivíduos ao longo da formação universitária irão influenciar também o posterior ingresso no mercado de trabalho. Dentre as diversas disposições identificadas à nível individual, três delas parecem ter grande influência no processo de incorporação de capital social e cultural ao longo do processo



formativo, os quais serão necessários para uma inserção profissional mais qualificada no mercado de trabalho: as disposições para a apropriação social, flexibilidade moral e distinção social.

A disposição para apropriação social se mostrou como chave para o aumento das chances de ascensão social por meio da qualificação. Essa disposição se relaciona a inclinação dos agentes à incorporação de hábitos e comportamentos diferentes daqueles aprendidos ao longo da socialização familiar, ampliando as chances de trânsito entre classes. Isso se deve ao fato de essa disposição estar associada a uma maior facilidade para se perceber as diferenças de conduta, posicionamento e visões de mundo existentes entre as classes sociais. Assim, essa disposição permite que os indivíduos consigam se apropriar de comportamentos diferentes dos seus de origem, passando a reproduzi-los a fim de se inserirem em grupos sociais a que não pertencem.

A disposição para a flexibilidade moral está associada a um comportamento adaptativo, no qual o indivíduo busca se adequar aos diferentes contextos, situações e opiniões, moldando-se a fim de receber reconhecimento e legitimidade, mesmo daqueles de quem discorda ou é diferente. Por tanto, com a intenção de circular nos mais diferentes meios sociais e se inserir nesses, essa disposição contribui para que as opiniões e as condutas possam ser ajustadas, de acordo com o meio. Isso faz com que a circulação entre diferentes classes sociais se torne mais fluida, minimizando as diferenças existentes entre os *habitus* de classe. Bourdieu e Passeron (2014) já pontuavam nos anos 1960 a constatação de que as classes sociais atuam como limitantes no processo de transição escolar, determinando o tipo de acesso ao ensino, no momento em que a relação dos indivíduos com a escola e com o capital cultural transmitido por ela está diretamente relacionada ao *habitus* de classe incorporado. Assim, percebe-se que aqueles que conseguem minimizar as diferenças existentes entre seu *habitus* de origem e os novos meios sociais acessados a partir do acesso à qualificação apresentariam maiores chances de ascensão social.

Por fim, a disposição para distinção social se refere à necessidade de se diferenciar socialmente daqueles pertencentes à diferentes classes sociais. Essa disposição pode resultar em uma conduta de valorização de sua origem, frente às demais classes, como também na



tentativa de se diferenciar de sua classe de origem, como forma de demonstrar a ascensão social. Ao mesmo tempo em que essa disposição pode contribuir para a inserção profissional, ao destacar o jovem egresso em determinados espaços e em algumas seleções de emprego, evitando que esse seja associado a uma origem social considerada como não condizente ao cargo postulado, ela também pode contribuir para afastá-los de seus familiares e amigos de infância, uma vez que seus sistemas disposicionais poderão se tornar muito distintos.



V. Conclusiones

A partir da análise dos retratos sociológicos e das disposições incorporadas ao longo da trajetória de jovens bolsistas do ProUni, percebe-se que apenas a conquista do diploma não resulta em um aumento de oportunidades de trabalho acessadas pelos indivíduos, assim como de suas chances de mobilidade social. No entanto, o que parece influenciar em um aumento das chances de mobilidade social são fatores como: o tipo de diploma conquistado, a qualidade da instituição acessada e as experiências vividas ao longo da formação universitária. Aqueles que tem acesso a IES tradicionalmente frequentadas por jovens oriundos das classes altas têm maiores chances de lograrem uma permanência efetiva no ensino superior, e com isso acumular diferentes experiências, que contribuem para a sua incorporação de capital social e cultural.

Desse modo, entende-se que a educação possui um forte papel para o incremento das chances de mobilidade social, ao oferecer acesso à capitais que possam não ter sido transmitidos aos indivíduos oriundos das classes baixas ao longo da primeira socialização familiar. No entanto, conclui-se que a educação por si só não garante a ascensão social, sendo essa dependente de fatores como as experiências acessadas pelos jovens, seu conjunto de disposições incorporadas e a instituição de ensino acessada. Esses fatores irão influenciar no conjunto de capitais possíveis de serem incorporados após o acesso ao ensino superior e, portanto, também nas oportunidades disponíveis no mercado de trabalho.

Sendo o ensino superior brasileiro, historicamente, um espaço destinado às classes dominantes, as políticas públicas que promovem a expansão e diversificação do acesso ao ensino superior, como é o caso do ProUni, se mostram de grande valia ao romper com as barreiras de acesso existentes. No entanto, apenas as políticas de acesso não são suficientes para garantir a permanência e êxito na formação, destacando-se a importância das disposições incorporadas nesse processo. Os modos de conduta e de ação dos jovens bolsistas que tiveram êxito na conclusão da formação de nível superior se mostraram de grande importância para



que não desistissem do curso, como o fizeram vários de seus colegas. Por conta de seu sistema disposicional e do capital familiar que esses cinco jovens têm incorporado, eles conseguiram, além de superar as desigualdades quantitativas de acesso a formação, que é o objetivo das politicas públicas, também reduzir as desigualdades qualitativas, relacionadas a qualidade da educação acessada (PEUGNY, 2014).

Com relação ao capital familiar, se percebe que as políticas de ampliação no acesso ao ensino superior acabam se destinando a uma classe social específica – a nova classe trabalhadora, uma vez que acabam não beneficiando aqueles que compõem o grupo social intitulado por Souza (2009) como ralé. Assim, a redução das desigualdades educacionais se mostra como um longo e lento processo, ainda incapaz de abarcar todos os grupos sociais brasileiros.



VI. Bibliografía

Almeida, Maria Hermínia Tavares de. (2004)."As políticas sociais no governo Lula". Novos Estudos Cebrap, nº 70, nov., p. 7-17.

Almeida, Wilson Mesquita de. (2012). Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas Prouni na cidade de São Paulo. 294 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de São Paulo, São Paulo.

Bourdieu, Pierre. (1987). 'What Makes a Social Class? On the Theoretical and Practical Existence of Groups', Berkeley Journal of Sociology, 32, p.1–17.

Bourdieu, Pierre. (2011). Razões práticas: Sobre a teoria da ação. 11ª edição - Campinas, SP: Papirus.

Bourdieu, Pierre. (2015). A Distinção: crítica social do julgamento. 2ª edição - Porto Alegre, RS: Zouk.

Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude. (2014). A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7ª edição - Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Brasil. (2015). A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014 (Balanço Social SESU 2003-2014). Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Superior. Brasília. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em 14 de agosto de 2017.

Brasil. (2015b). Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/documentos/Notas_Estatisticas_Censo_Superior_2015.pdf. Acesso em 14 de agosto de 2017.

Cattani, Antônio David. Capital Humano, Teoria do. In: Cattani, Antonio David; Holzmann, Lorena. (2011). Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: UFRGS.

Kovács, Ilona. (2006). Novas Formas de Organização do Trabalho e Autonomia no Trabalho. Sociologia, Problemas e Práticas, (52), 41-65.



Lahire, Bernard. (2002). O Homem Plural: os determinantes da ação. Petropólis, Rio de Janeiro: Vozes.

Lahire, Bernard. (2004). Retratos sociológicos: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed.

Lahire, Bernard. (2008). Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável. São Paulo, SP: Editora Ática.

Perdigão, Denis Alves. (2015). O canto da sereia? A educação superior como uma (im)possibilidade de mudança na trajetória profissional da ralé brasileira. 247 f. Tese (Doutorado em Administração) Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

Peugny, Camille. (2014). O destino vem do berço? Desigualdades e reprodução social. Campinas, SP: Papirus.

Ribeiro, Carlos Antônio Costa. (2011). Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. DADOS, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n.1, p. 41-87.

Rocha-De-Oliveira, Sidinei; Piccinini, Valmíria. (2011). Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. Revista de Administração de Empresas – RAP: Rio de Janeiro vol. 45, n.5, Set./Out. p. 1517-538.

Souza, Jessé. (2009). A Ralé Brasileira: Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Souza, Jessé. (2010). Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG.

Valle, Ione Ribeiro. (2007). A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 117-134.

Valle Silva, Nelson do. (2003). O esquema analítico e a classificação ocupacional. In: Hasenbalg, Carlos; Valle Silva, Nelson do (orgs.). (2003). Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, p.37-54.



Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio